



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS
Procuradoria Jurídica

Parecer nº 031/2022

Convocação de secretário municipal para
esclarecimentos. Constitucionalidade.
Inteligência do art. 71 da Lei Orgânica.

Trata-se de solicitação de parecer formulada pelo Vereador Enrique Civeira, datada de 31/05/2022, acerca do conteúdo do Ofício PMSA nº 347/2022, cujo despacho anexo entende pelo não comparecimento do Secretário de Trânsito ao Poder Legislativo Municipal para fins de esclarecimento de situação devidamente delimitada, conforme Ofício nº 200/2022/CM-FC, que convoca tal agente, com base no art. 71 da Lei Orgânica. Resumidamente, os esclarecimentos estão em torno de autorização emitida pelo Secretário Municipal de Trânsito e pela atuação de Agente Trânsito em face de caminhão incorretamente estacionado na Av. Treze de Maio, nesta cidade. Recebida a solicitação de parecer em 02/06/2022.

Inicialmente, vejamos o comando da Constituição Federal:

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

Na sequência, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

Art. 53. Compete exclusivamente à Assembléia Legislativa, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:

XXI - convocar Secretário de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos de sua Pasta, previamente determinados, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada;

Rua Senador Salgado Filho, 528
Santana do Livramento, RS - CEP: 97573-432
Fone: (55) 3241-8600 - Fax: (55) 3241-8600



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS
Procuradoria Jurídica

Por fim, a Lei Orgânica Municipal:

Art. 71. A Câmara Municipal ou suas comissões, a requerimento da maioria de seus membros, podem convocar secretários diretores de autarquias ou de órgãos não subordinados às secretarias, para comparecerem perante elas, a fim de prestar informações sobre assuntos previamente designados e constantes da convocação.

§ 1º Formulada a convocação, terão prazo máximo de dez (10) dias para atender a mesma.

§ 2º Três (3) dias úteis antes do comparecimento deverá ser enviada, à Câmara, exposição em torno das informações solicitadas.

§ 3º Independentemente de convocação, quando o Secretário Municipal ou Diretor de Autarquia desejar prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas a qualquer comissão, esta designará dia e horário para ouvi-lo.

Pois bem, é possível constatar, sem maiores dificuldades, que em todas as esferas governamentais há dispositivo expresso no sentido de que secretários/ministros possam ser convocados pelos respectivos parlamentos para prestar esclarecimentos sobre assuntos determinados.

Em âmbito municipal, tal prerrogativa do Poder Legislativo provém de seu **direito constitucional ao poder fiscalizatório**, assim expresso na Constituição Federal:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Na lição de José Afonso da Silva¹, **“a atividade fiscalizadora da Câmara efetiva-se mediante vários mecanismos, tais como pedidos de informações aos Prefeitos, convocação de auxiliares diretos deste, investigação mediante comissão especial de inquérito, tomada e julgamento das contas do Prefeito [...]”**. [grifo nosso]

¹ Curso de Direito Constitucional Positivo. P. 646/647. (citado em Direito Municipal Brasileiro. Nelson Nery Costa. GZ Editora. 8ª Ed. revista, atualizada e ampliada. 2019. págs. 177/178).



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS
Procuradoria Jurídica

É o julgado exarado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE
INCONSTITUCIONALIDADE. CONVOCAÇÃO DO PREFEITO, VICE-
PREFEITO, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS OU DIRETORES
RESPONSÁVEIS POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA PARA
PRESTAR INFORMAÇÕES NA CÂMARA MUNICIPAL. VIOLAÇÃO
PARCIAL AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. 1. A
Constituição Estadual, no seu art. 53, inc. XXI, faz eco ao art. 50 da
Constituição Federal, quando autoriza a Assembleia Legislativa a
"convocar Secretário de Estado para prestar, pessoalmente, informações
sobre assuntos de sua Pasta, previamente determinados, importando crime
de responsabilidade a ausência sem justificção adequada". Dessa forma,
até mesmo pelo Princípio da Simetria, previsto no artigo 18 da CF, não há
inconstitucionalidade no texto objurgado, na parte em que dispõe sobre
a convocação, pela Câmara de Vereadores, dos Secretários Municipais e
dos Diretores dos órgãos da administração indireta. 2. Inexiste, porém,
qualquer previsão constitucional para a convocação pelo Legislativo, a nível
federal, do Presidente da República e do Vice-Presidente nem, a nível
estadual, do Governador e do Vice-Governador, o que impossibilita, pela
mesma regra da simetria, que a exceção se dê apenas a nível municipal, com
a pretendida hipótese de convocação do Prefeito e do Vice-Prefeito para
prestarem esclarecimentos à respectiva Câmara. 3. O postulado da
separação dos poderes, que remonta ao art. 16 da Declaração dos Direitos
do Homem e do Cidadão, objetiva a construção de um Estado sem Poderes
hegemônicos. A própria ideia de subordinação é completamente antinômica
ao conceito de Poder, o que implica, quando compartilhado, - tal como
ocorre entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário - a atuação
independente de cada um deles, regrada pela harmonia. 4. A convocação do
Prefeito para que preste esclarecimentos à Câmara de Vereadores, fratura o
princípio da independência entre os Poderes, materializando violações tanto
ao art. 2º da Constituição Federal como aos artigos 5º e 10 da Carta
Estadual, o que determina a procedência da ação. Precedentes do Supremo
Tribunal Federal e deste Órgão Especial. 7. Incidente de Arguição de



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Procuradoria Jurídica

Inconstitucionalidade julgado procedente, para proceder-se à ablação, no texto indigitado, da expressão "o Prefeito, o Vice-Prefeito ou". INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PROCEDENTE. UNÂNIME. (Incidente de Inconstitucionalidade, Nº 70071797989, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Paula Dalbosco, Julgado em: 03-04-2017) [grifo nosso]

O fato de que o objeto dos esclarecimentos está sendo apurado em âmbito administrativo não pode ser considerado como óbice para que o Poder Legislativo Municipal exerça sua prerrogativa constitucional, considerando, ressaltando-se que separação e independência dos Poderes² não constitui óbice ao exercício do poder fiscalizatório do controle parlamentar³.

Assim, o parecer, s.m.j., de caráter opinativo^{4 5}, é pela constitucionalidade da convocação realizada pela Câmara Municipal de Vereadores.

Sant'Ana do Livramento, 6 de junho de 2022.


Christiano Fagundes da Silva
Procurador Jurídico

² Constituição Federal.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

³ A Constituição da República, em seu art. 50, caput e § 2º, prescreve sistemática de controle do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo que, em razão do princípio da simetria, deve ser observada pelos Estados membros. [ADI 6.651, rel. min. Edson Fachin, j. 21-2-2022, P, DJE de 30-3-2022.]

⁴ STF. MS 24073.

⁵ O parecerista, como ensina a lição de Celso Antonio Bandeira de Mello, não pratica ato administrativo, 'sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa informar, elucidar, sugerir providência administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa.'. Prerrogativas da Advocacia Pública. Luiz Henrique Sormani Barbugiani. Editora Fórum. 2016. pág. 109.